



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

TERMO DE CONVÊNIO
- AQUISIÇÕES -
Parcela Única

FPE nº 2709/2025

Consulta Popular 2024/2025

CONVÊNIO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL, POR INTERMÉDIO
DA SECRETARIA ESTADUAL DE
DESENVOLVIMENTO RURAL, E
MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES,
OBJETIVANDO ATENDER AS
DEMANDAS DE CONSULTA
POPULAR 2025/2025, CONFORME
PROCESSO Nº 25/1300-0004402-9.

O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL, com sede na Av. Borges de Medeiros, nº 1501, 9º andar, bairro Centro Histórico, CEP: 90119-900, Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ sob o nº 13.106.183/0001-76, representada neste ato por seu titular, Sr. Vilson Luiz Covatti, portador da Carteira de Identidade nº 1004370481, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 284.556.900-97, doravante denominado **CONCEDENTE**, e **MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES**, com sede na Praça 13 de Abril, nº 302, no Município de Campos Borges/RS, CEP 99.435-000, inscrito no CNPJ sob o nº 92.406.164/0001-31, doravante denominado **CONVENIENTE**, representado neste ato pela prefeita, Sra. Cleonice Pasqualotto da Paixão Toledo, residente na Rua Goiás, nº 20, no Município de Campos Borges/RS, CEP 99.435-000, portadora da Carteira de Identidade nº 1035484391 SSP/PC RS, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 536.280.710-20, com base na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 101/2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, celebram o presente CONVÊNIO, nos termos e condições estabelecidas nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Convênio tem por objeto o fortalecimento das Agroindústrias no município de Campos Borges, de acordo com o Plano de Trabalho, que é parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO

FPE nº 2709/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

2.1 O objeto deste Convênio será executado de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelos partícipes, com as cláusulas deste instrumento e com a Instrução Normativa CAGE nº 4, de 16 de outubro de 2024, e será acompanhado e fiscalizado de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e sua plena e tempestiva execução.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 Os recursos financeiros correrão à conta do seguinte recurso orçamentário, com empenho gravado sob o nº 25006271634, datado de 06/10/2025.

Unidade Orçamentária: 31.76

Projeto/Atividade: 7441

Subtítulo: 23502

Natureza da Despesa: 4.4.40.42

Rubrica: 0015

Valor repasse estadual: R\$ 31.785,71 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais, com setenta e um centavos)

Valor Global do Convênio: R\$ 36.332,70 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e dois reais, com setenta centavos)

CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS EM PARCELA ÚNICA

4.1 Para consecução do objeto, o CONCEDENTE repassará ao CONVENIENTE o valor de R\$ 31.785,71 (trinta e um mil, setecentos e oitenta e cinco reais, com setenta e um centavos), o qual será liberado em parcela única.

4.2 Os recursos financeiros serão depositados e geridos em conta específica do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, a qual será movimentada pelo CONVENIENTE **exclusivamente para fins deste Convênio**, visando ao pagamento de despesas previstas no Plano de Trabalho ou para aplicação financeira.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRAPARTIDA

5.1 O CONVENIENTE deverá alocar, nos termos do art. 14 da IN nº 04/2024 e conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado, a contrapartida:

5.1.1 financeira no valor de R\$ 4.546,99 (quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais, com noventa e nove centavos), devendo depositá-la em até 30 (trinta) dias após o recebimento do recurso estadual, na conta bancária específica do convênio;

5.1.2 em bens e/ou serviços no valor de R\$ 00,00.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

FPE nº 2709/2025

[Handwritten signatures and initials]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- 6.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONCEDENTE realizar as obrigações essenciais elencadas no art. 25, I, da IN CAGE nº 04/2024, dentre as quais destacam-se:
- 6.1.1 transferir os recursos financeiros para conta bancária específica, de acordo com o cronograma de desembolso;
 - 6.1.2 certificar-se da atualização do respectivo registro no Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 2º do Decreto nº 56.939, de 20 de março de 2023, c/c art. 16, I, da IN CAGE nº 04/2024);
 - 6.1.3 observar a evolução da execução física do objeto mediante registro de dados, informações, documentos e, principalmente, fotografias anexadas ao Sistema de Monitoramento de Convênios (art. 16, II, da IN CAGE nº 04/2024);
 - 6.1.4 cientificar-se da Declaração de Início da Execução Física e da Declaração de Conclusão da Execução Física (IN CAGE nº 04/2024 - Anexos I e III) no Sistema de Monitoramento de Convênios;
 - 6.1.5 acompanhar a apresentação dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de Prestação de Contas, que deve ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.
 - 6.1.6 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente para fiscalizar a execução do presente Convênio, com a prerrogativa de orientar e administrar os atos cujos desvios tenham ocasionado prejuízos aos objetivos e metas estabelecidas (art. 30 da IN CAGE nº 04/2024);
 - 6.1.7 exigir a prestação de contas na forma e nos prazos fixados neste instrumento e na legislação em vigor, em especial nos arts. 37 e seguintes da IN CAGE nº 04/2024;
 - 6.1.8 exigir a imediata apresentação dos documentos comprobatórios da execução do Convênio, conforme estabelecido na Cláusula Décima Segunda do presente instrumento, ou a devolução total ou parcial, nos termos do art. 38, §3º da IN CAGE nº 04/2024 dos valores transferidos, devidamente atualizados, na forma do art. 42, § 1º, da IN CAGE nº 04/2024, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial, se houver dano ao erário;
 - 6.1.9 analisar e emitir, tempestivamente, parecer sobre a regularidade das contas e da execução do Convênio (art. 25, I, "e", da IN CAGE nº 04/2024);
 - 6.1.10 receber o objeto do Convênio, quando concluído, nos termos avençados, atestando sua efetiva execução (art. 25, I, "f", da IN CAGE nº 04/2024);
 - 6.1.11 no caso de inadimplência ou de paralisação parcial ou total injustificadas, assumir o controle, inclusive dos bens e materiais, bem como a execução do Convênio, podendo transferir a responsabilidade a outro interessado, sem prejuízo das providências legais cabíveis (art. 25, I, "g", da IN CAGE nº 04/2024).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIENTE

- 7.1 Para a consecução do objeto previsto na Cláusula Primeira do presente instrumento, caberá ao CONVENIENTE realizar as obrigações essenciais, elencadas no art. 25, II, da IN CAGE nº 04/2024, dentre as quais destacam-se:
- 7.1.1 executar o objeto conforme estabelecido no Plano de Trabalho;

FPE nº 2709/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- 7.1.2 registrar, mensalmente, no **Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos**, as informações referentes à execução do Convênio, até o **dia 15 (quinze)** de cada mês, tendo como data base o período relativo ao mês anterior, nos termos do art. 26, inciso II, letra "v", da IN CAGE nº 4/2024;
- 7.1.3 apresentar, por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios, a **Declaração de Início da Execução Física e a Declaração de Conclusão da Execução Física** (IN CAGE nº 04/2024 – Anexos I e III);
- 7.1.4 inserir os documentos comprobatórios da despesa no **Sistema de Prestação de Contas** no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.
- 7.1.5 manter e movimentar os recursos financeiros recebidos na conta bancária específica;
- 7.1.6 aplicar os saldos do Convênio, enquanto não utilizados, em modalidade de aplicação financeira lastreada em títulos da dívida pública;
- 7.1.7 aplicar os rendimentos da aplicação financeira referida na alínea anterior exclusivamente no objeto do Convênio, destacando-os no relatório e demonstrativos da prestação de contas.
- 7.1.8 contribuir com a contrapartida pactuada e, no caso de contrapartida financeira, depositá-la conforme os critérios previstos na **CLÁUSULA QUINTA**;
- 7.1.9 realizar os pagamentos **mediante transferência** da conta específica para conta bancária de titularidade dos fornecedores e dos prestadores de serviços.
- 7.1.10 publicar o instrumento convocatório de licitação, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar do recebimento da parcela única;
- 7.1.11 designar, mediante Portaria, servidor e respectivo suplente responsável pelo acompanhamento, registro e fiscalização dos contratos com terceiros para a execução do objeto do Convênio, responsabilizando-se pelos recebimentos provisórios e definitivos;
- 7.1.12 notificar, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias após o repasse único dos recursos financeiros, o respectivo conselho local ou a instância de controle social da área vinculada ao programa que originou a transferência, quando houver, e a Câmara Municipal, para fins de acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações pactuadas, a qual deverá ser acompanhada, impreterivelmente, de cópia do Plano de Trabalho assinado;
- 7.1.13 **Atestar o recebimento dos materiais adquiridos**;
- 7.1.14 Concluir o objeto conveniado, se os recursos previstos no Convênio forem insuficientes para a sua conclusão, sob pena de ressarcimento do prejuízo causado aos cofres públicos;
- 7.1.15 apresentar Prestação de Contas dos recursos recebidos, obedecidas as disposições deste instrumento e da IN CAGE nº 04/24;
- 7.1.16 devolver os saldos do Convênio e dos rendimentos das aplicações financeiras, por ocasião da prestação de contas ou da extinção do Convênio, que não tiverem sido aplicados no objeto ou cuja regularidade de sua aplicação não restar comprovada, observada a proporcionalidade entre a contrapartida pactuada e o valor repassado pelo **CONCEDENTE**.

FPE nº 2709/2025

[Handwritten signatures]



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- conforme guia de arrecadação de código 547- devolução de saldo e código 927- rendimento de aplicação financeira respectivamente;
- 7.1.17 devolver, no caso da extinção antecipada do Convênio, os valores transferidos, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento, de acordo com a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC - para títulos federais, acumulada mensalmente, até o mês anterior ao do pagamento, e 1% (um por cento) no mês do pagamento, sem prejuízo das ações legais cabíveis, acrescidos dos rendimentos das aplicações financeiras.
- 7.1.18 divulgar em seu sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, identificando o número do Convênio e o nome do CONVENIENTE, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- 7.1.19 garantir o livre acesso dos servidores do CONCEDENTE, da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE) e do Tribunal de Contas do Estado aos processos, documentos, informações e locais de execução do objeto;
- 7.1.20 comunicar, **tempestivamente**, os fatos que poderão ou estão a afetar a execução normal do Convênio para permitir a adoção de providências imediatas pelo CONCEDENTE;
- 7.1.21 manter as informações cadastrais atualizadas durante a vigência do Convênio;
- 7.1.22 Identificar, em local visível aos usuários, com o nome e o número do respectivo convênio administrativo, os equipamentos adquiridos;
- 7.1.22.1 Em se tratando de viaturas ou imóveis, a identificação dar-se-á conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul; e
- 7.1.23 permitir ao CONCEDENTE, bem como à CAGE e aos órgãos de controle externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, não estando sujeita ao sigilo bancário perante ao Estado e respectivos órgãos de controle.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

- 8.1 O prazo de vigência do presente instrumento será de **12 (doze) meses**, a contar da data da publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.
- 8.2 A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação de sua súmula no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

- 9.1 Este instrumento poderá ser alterado, por meio de termo aditivo, havendo concordância entre os partícipes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada, no mínimo, **60 (sessenta) dias** antes do término de sua vigência, vedada a alteração do objeto.
- 9.1.1 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, desde que haja manifestação do fiscal do Convênio, e que a CONVENIENTE apresente:
- 9.1.1.1 OS motivos detalhados que justifiquem o atraso ocorrido na execução e o prazo de prorrogação solicitado;

FPE nº 2709/2025

(Handwritten signatures)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- 9.1.1.2 as ações que já foram realizadas para sanar os motivos apresentados como justificativa para o atraso;
- 9.1.1.3 extrato da conta corrente bancária específica, quando não disponibilizado automaticamente;
- 9.1.1.4 descrição detalhada dos itens do Plano de Trabalho que já tenham sido executados, assim como daqueles que ainda o serão, contendo a porcentagem da execução do objeto e a porcentagem dos valores já realizados;
- 9.1.1.5 comprovante da emissão e da data de entrega da notificação descrita na CLÁUSULA SÉTIMA, item 7.1.12, deste Convênio;
- 9.1.1.6 comprovante da publicação do instrumento convocatório de licitação no prazo estabelecido, bem como de sua prorrogação, se houver;
- 9.1.1.7 levantamento fotográfico do objeto adquirido; e
- 9.1.1.8 comprovação do preenchimento tempestivo das informações no Sistema de Monitoramento de Convênios e no Sistema de Prestação de Contas.
- 9.1.2 A apresentação do previsto nos itens 9.1.1.5, 9.1.1.6 e 9.1.1.7 será dispensada quando já devidamente anexados ao Sistema de Monitoramento de Convênios.

9.2 O instrumento poderá ser prorrogado de ofício pelo concedente quando houver atraso de repasse financeiro, desde que o conveniente não haja contribuído para tal, conforme previsto no inciso I, Artigo 23 da IN 04/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FORMA DE CUMPRIMENTO DO OBJETO

- 10.1 O cumprimento do objeto do presente Convênio será comprovado através de levantamento fotográfico e/ou inspeção *in loco* dos Fiscais Técnicos do concedente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.1 A execução do presente Convênio será monitorada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena e tempestiva execução do objeto, devendo haver designação do Fiscal do Convênio e respectivo suplente por meio de Portaria do titular do CONCEDENTE.

- 11.1.1 O CONCEDENTE terá o prazo de até 10 (dez) dias para emitir, por meio de apostila no sistema FPE, Portaria publicada no Diário Oficial do Estado designando o substituto de Fiscal que tenha incorrido em incompatibilização durante a vigência do Convênio.
- 11.1.2 O monitoramento será realizado por meio do Sistema de Monitoramento de Convênios Administrativos, instituído pelo Decreto nº 56.939, de 20 de março de 2023, com a finalidade de monitorar a execução dos Convênios administrativos celebrados pelo Poder Executivo do Estado do Rio Grande do Sul, na condição de

FPE nº 2709/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CONCEDENTE, mediante registro de dados, informações, documentos e fotografias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12.1 O ônus de comprovar a regularidade da aplicação dos recursos públicos compete ao CONVENIENTE, por meio de documentação comprobatória de que os gastos foram efetuados de acordo com os objetivos pactuados.

12.1.1 A prestação de contas será realizada no **Sistema de Prestação de Contas**, por meio do Portal de Convênios e Parcerias.

12.1.2 A prestação de contas inicia-se **concomitantemente** com a liberação da parcela única do repasse estadual.

12.1.3 A inserção dos documentos comprobatórios da despesa no Sistema de Prestação de Contas deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do pagamento.

12.1.4 A Prestação de Contas deverá conter os documentos mencionados no art. 39 da IN CAGE nº 04/24, dentre os quais destacam-se:

12.1.4.1 Relação dos bens adquiridos à conta do convênio, indicando o seu destino final;

12.1.4.2 Declaração de que os bens adquiridos estão instalados e em funcionamento;

12.1.4.3 Fotografias dos bens adquiridos, **salvo** se já tiverem sido fornecidas pelo conveniente por meio do Sistema de Monitoramento de Convênio; e

12.1.4.4 Fotografias da identificação (com o nome e o número do respectivo convênio administrativo) nos equipamentos adquiridos, e, em se tratando de viaturas e imóveis, da identificação realizada conforme o padrão estabelecido pelo Estado do Rio Grande do Sul, **salvo** se já tiverem sido fornecidas pelo conveniente por meio do Sistema de Monitoramento de Convênio.

12.1.5 Os documentos fiscais comprobatórios das despesas realizadas devem ser emitidos em nome do CONVENIENTE, **com identificação do número do respectivo Convênio**;

12.1.6 Os documentos fiscais devem conter ateste, efetuado por servidor competente devidamente identificado, do recebimento de materiais.

12.1.6.1 Não sendo possível o ateste no corpo do documento fiscal, sua formalização deve ocorrer em **documento específico**.

12.1.7 Estarão sujeitas à glosa as despesas cujos documentos fiscais não atenderem ao disposto no item 12.1.5 e 12.1.6.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS BENS REMANESCENTES

13.1 Os bens ~~perventura~~ adquiridos, produzidos, transformados, construídos, reformados ou ampliados com recursos oriundos deste Convênio e remanescentes na data de sua conclusão ou extinção serão de propriedade do **CONVENIENTE**.

FPE nº 2709/2025



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO


14.1 O presente Convênio poderá ser denunciado por iniciativa dos partícipes a qualquer tempo, mediante prévia e expressa comunicação, por escrito, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias e, independentemente deste prazo, rescindido de pleno direito no caso de infração a qualquer uma de suas cláusulas ou condições ou pelos motivos previstos no art. 42 da IN CAGE nº 04/24.

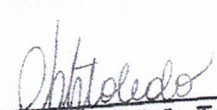
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 As controvérsias que ocorrerem durante a vigência deste instrumento serão solucionadas pelas áreas técnicas, indicadas pelos partícipes, e poderão ser objeto de autocomposição no Centro de Conciliação e Mediação do Estado, nos termos da Lei nº 14.794/15 e da Resolução nº 112/16/PGE. Em não sendo possível a autocomposição, eventual conflito decorrente do presente instrumento será dirimido judicialmente, elegendo os partícipes, para tanto, o Foro da Comarca de Porto Alegre.


15.2 E, por estarem justos e acertados, os partícipes lavram o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor e forma, seguindo-se as demais exigências e formalidades legais, para que produza os seus jurídicos efeitos.

Porto Alegre, 29 de 10 de 2025.


Vilson Luiz Covatti
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL


Cleonice Pasqualotto da Paixão Toledo
MUNICÍPIO DE CAMPOS BORGES

Testemunhas:

1) 
764450400-53
Participação CAGE

2) André Barp
695.792.960-44

FPE nº 2709/2025



DIÁRIO OFICIAL
Estado do Rio Grande do Sul

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

CONVÊNIOS

Gabinete do Secretário

CONVÊNIO

SÚMULA DE CONVÊNIO

O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, TORNA PÚBLICA A CELEBRAÇÃO DO CONVÊNIO CONFORME DADOS ABAIXO:

PARTES: O Estado do Rio Grande do Sul, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural - SDR e o município de Campos Borges.

OBJETO : Consulta Popular 2024/2025.

Município	Processo	Nº Convênio FPE	Recurso	Valor Estado	Vigência
Campos Borges	25/1300- 0004402-9	2709/2025	0015	R\$ 31.785,71	12 meses

Vilson Luiz Covatti

Secretário de Desenvolvimento Rural

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Vilson Luiz Covatti
Av. Borges de Medeiros, 1501
Porto Alegre
Vilson Luiz Covatti
Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural
Av. Borges de Medeiros, 1501
Porto Alegre
Fone: 5132885606

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 3 de novembro de 2025

Protocolo: **2025001341053**



25130000044029

Publicado a partir da página: **186**

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

PORTARIAS

Gabinete do Secretário

PORTARIA

PORTARIA Nº 077/2025

Expediente: 24/3100-0000591-3

Art.1º . O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições, revoga a Portaria nº 037/2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul em 23 de abril de 2024.

Art.2º . O SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições, designa os servidores abaixo como Fiscais (titulares e suplentes) dos convênios por Projeto Orçamentário, firmados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, conforme segue:

DEPARTAMENTO	PROJETO	TITULAR(es)	SUPLENTE(es)
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	7347 - APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - CP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	7377 - APOIO A CADEIA PRODUTIVA DO LEITE E DA PECUARIA DE CORTE - CP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar

Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	7386 - LEITE GAUCHO - FORTALECIMENTO DAS CADEIAS PRODUTIVA LOCAIS E REGIONAIS - CP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	7433 - APOIO E AMPLIACAO DA INFRAESTRUTURA RURAL - CP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	7441 - FORTALECIMENTO DAS AGROINDUSTRIAS FAMILIARES - CP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	7445 - FEIRAS RURAL- CP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	7446 - INCENTIVO A PERMANENCIA NO CAMPO DO JOVEM PRODUTOR RURAL - CP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	1016 - APOIO E AMPLIACAO DA INFRAESTRUTURA RURAL - EP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar

Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	1067 - APOIO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - EP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar
Departamento de Agricultura e Pecuária Familiar/DAPF	1060 - APOIO A AGROINDUSTRIA FAMILIAR - EP	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar	Paulo César Verardi; Marcelo Lima dos Santos; Monique Bezerra Nascimento; Elbio Aquino Pilar

Porto Alegre, 29 de julho de 2025.

Vilson Luiz Covatti,
Secretário de Desenvolvimento Rural.

Vilson Luiz Covatti
Av. Borges de Medeiros, 1501
Porto Alegre
Vilson Luiz Covatti
Secretário de Estado de Desenvolvimento Rural
Av. Borges de Medeiros, 1501
Porto Alegre
Fone: 5132885606

Publicado no Caderno do Governo (DOE) do Rio Grande do Sul
Em 18 de agosto de 2025

Protocolo: 2025001306663

Publicado a partir da página: 224



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS CADASTRAIS

Orgão/Entidade Concedente: Estado do Rio Grande do Sul - Secretaria de Desenvolvimento Rural.			CNPJ: 13.106.183/0001-76
Endereço: Av. Borges de Medeiros, 1501 - Bairro: Centro Histórico			
Cidade: Porto Alegre	U.F. Rio Grande do Sul	C.E.P. 90200-020	DDD/Telefone: (51) 3288-8514
Nome do Representante: Wilson Luiz Covatti			CPF: 284.556.900-97
CI/Orgão Exp. 1004370481/SSP-RS	Cargo: Secretário de Estado	Função: Secretário de Estado	Matrícula: 1107178

Orgão/Entidade Proponente PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES		C.N.P.J. 92.406.164/0001-31	
Endereço da Prefeitura: PRAÇA 13 DE ABRIL, 302		Corede:	
Cidade: CAMPOS BORGES	U.F. RS	C.E.P. 99.435.000	DDD/Telefone: 54 3326 1122
Conta Corrente:	Banco:	Agência:	Praça de Pagamento:
Nome do Responsável: Cleonice Pasqualotto da Paixão Toledo			C.P.F. 536.280.710-20
C.I./Orgão Expedidor: SSP/PC RS	Cargo: Prefeita Municipal	Função: Prefeita Municipal	
Endereço do Prefeito (a): Rua Goiás nº 20			C.E.P. 99.435-000
Home Page: www.camposborges.rs.gov.br		E-mail: gabinete@camposborges.rs.gov.br adm@camposborges.rs.gov.br mlvdosul@hotmail.com	

2 - OUTROS PARTICÍPEIS

Nome:	C.N.P.J.
Endereço:	C.E.P.

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

*Título do Projeto	Período de Execução
Respeito, trabalho e compromisso com o povo.	
Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157	
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br	





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

Objetivos e benefícios

O projeto proposto visa proporcionar melhorias significativas para as agroindústrias legalmente constituídas do município, promovendo a aquisição de equipamentos a serem destinados em formato de comodato para aprimorar os trabalhos e a produção das agroindústrias. Com isso, espera-se fortalecer a agricultura familiar, estruturando e criando oportunidades para a permanência das pessoas no campo, ampliando a produção, a qualidade dos produtos, e fomentar o desenvolvimento econômico local. A execução do convênio atenderá diretamente 05 de famílias em que possuem seu agro negócio em diferentes áreas geográfica do município, impactando positivamente as atividades produtivas.

Benefícios

Melhoria na qualidade dos produtos: Os equipamentos adquiridos permitirão que as agroindústrias produzam alimentos de melhor qualidade, beneficiando os consumidores locais.

Acesso a produtos locais: O projeto facilita o acesso da população a produtos frescos e de qualidade produzidos na região.

Fortalecimento da agricultura familiar: As agroindústrias desempenham um papel importante na agricultura familiar, fornecendo um mercado para os produtos dos pequenos agricultores.

Abastecimento de programas sociais: As agroindústrias fornecem produtos para programas sociais como a merenda escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), garantindo alimentos frescos e saudáveis para a população.

Alinhamento com diretrizes estaduais

Esta proposta está em total consonância com os objetivos e diretrizes da consulta popular, que busca promover o desenvolvimento rural sustentável, a melhoria da infraestrutura agrícola das unidades familiares rurais e o apoio aos pequenos produtores. A aquisição de equipamentos para as agroindústrias está diretamente vinculada aos princípios de incentivo à agricultura familiar e à modernização do setor agrícola, reforçando as políticas públicas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Requisitos Específicos

Aquisição de equipamentos para uso das agroindústrias do município, onde serão atendidas 4 agroindústrias no município de Campos Borges, beneficiando todas as pessoas que fazem parte do setor seja como produtor ou consumidor.

Processo de Seleção e Acompanhamento

A seleção das agroindústrias beneficiadas será realizada de forma transparente e criteriosa, através da análise da documentação e da aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. O acompanhamento do projeto será feito de perto, garantindo que os equipamentos sejam utilizados de forma eficiente e que os objetivos do projeto sejam alcançados.

Este programa estadual realizado através da consulta popular, atrelados aos objetivos do município apresentados nesta proposta de trabalho poderá ser um importante impulsionador das atividades das agroindústrias no Município de Campos Borges, tornando-se através dos equipamentos a ser utilizado um importante incremento na renda familiar. O projeto de aquisição de equipamentos para as agroindústrias de Campos Borges é um investimento no futuro do município. Ao fortalecer o setor agroindustrial, o projeto contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região, beneficiando toda a comunidade.

Indicação do Público Alvo:

Número de Agricultores Beneficiados: O projeto beneficiará diretamente 20 agricultores familiares, representando um impacto significativo na melhoria das condições de produção rural da região. Os

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

O Município de Campos Borges já conta com equipe técnica suficientemente habilitada para analisar processos de acompanhamento e fiscalização do uso dos equipamentos, considerando profissionais do quadro especialmente da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, equipe da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, técnico agrícola, equipe da EMATER, engenheiros ainda possuímos a capacidade instalada para assegurar o atendimento do objeto para o qual o apoio financeiro está sendo solicitado. Dessa forma, o Município encontra-se apto e perfeitamente ajustado a executar as metas especificadas neste Plano de Trabalho. Importante descrever ainda que o Presente Plano de Trabalho foi analisado caso a caso, quanto a sua viabilidade técnica, orçamentária e financeira.

Valor da contrapartida (Municípios e Consórcios Públicos):

Valor R\$ 4.546,99 (Quatro mil quinhentos e quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos)

Indicadores de Aferição de Impactos Sociais

Para avaliar o impacto social, é fundamental definir indicadores que permitam quantificar e qualificar as mudanças positivas geradas pela ação. Esses indicadores devem ser escolhidos com base nos objetivos específicos da iniciativa e nas características do público-alvo.

- Os indicadores que serão utilizados para aferição do impacto social desejado serão: - - Rendimento familiar: Aumento da renda média das famílias impactadas;
- Taxa de êxito rural: Redução do número de pessoas desempregadas na região;
- Indicadores de satisfação: Medição da satisfação dos beneficiários com os resultados alcançados;
- Autossustentabilidade: Capacidade de produção permitindo se manter na atividade;
- Capacidade de gerar receita própria: Capacidade da iniciativa de gerar recursos financeiros para sua manutenção.

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

Meta	Etapa Fase	Especificação	Indicador Físico		Duração	
			Un	Quant.	Início	Término
01		Cilindro Laminador 39 Possui proteção móvel intertravada, que impede o acesso aos rolos pela parte interna (entrada de massa) e que ao ser aberta efetua a parada imediata dos rolos; Rolos amassadores com cobertura em cromo duro; Estrutura em chapa SAE 1010/1020 reforçada e com acabamento em pintura a pó eletrostática com base fosfatizada; Os modelos em	Un	01	A partir da data de publicação no DOE	12 meses

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS BORGES

Praça 13 de Abril, 302 - CEP 99435-000

	alumínio e aço inox, para grampo 32. Sistema de faca para corte de embalagem, projetada com mandíbula auxiliar para envolver a embalagem facilitando o grampeamento e o manuseio do operador.			no DOE	
--	---	--	--	--------	--

5 - PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total (R\$)	Concedente (R\$)	Proponente (R\$)
Código	Especificação			
33.90.52.00	Cilindro Laminador 39	R\$ 6.171,43	R\$ 5.394,43	R\$ 777,00
33.90.52.00	01 Câmara de Crescimento	R\$ 2.061,91	R\$ 1.802,59	R\$ 259,32
33.90.52.00	06 Assadeiras de alumínio padrão	R\$ 790,02	R\$ 690,54	R\$ 99,48
33.90.52.00	01 mesa desmontável	R\$ 1.860,00	R\$ 1.622,05	R\$ 237,95
33.90.52.00	01 Amassadeira Espiral	R\$ 7.192,66	R\$ 6.287,10	R\$ 905,56
33.90.52.00	03 Jogo de formas paletas mexicanas 28 furos	R\$ 4.050,00	R\$ 3.535,98	R\$ 514,02
33.90.52.00	01 Freezer 311 L	R\$ 4.143,34	R\$ 3.621,69	R\$ 521,65
33.90.52.00	01 Grampeadeira	R\$ 10.063,34	R\$ 8.831,33	R\$ 1.232,01
TOTAL GERAL de todos os itens:		R\$ 36.332,70	R\$ 31.785,71	R\$ 4.546,99
01 Cilindro laminador				
01 Câmara de crescimento				
06 Assadeiras de alumínio padrão				
01 mesa desmontável				
01 Amassadeira Espiral				
03 Jogo de formas paletas mexicanas				
28 furos				
01 Freezer 311 L				
01 Grampeadeira				

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

CONCEDENTE						
Meta	Parcela Única					

Respeito, trabalho e compromisso com o povo.

Fones: (54) 3326-1110 / 1122 / 1134 - Fax: (54) 3326-1157
E-mail: adm@camposborges.rs.gov.br - Site: www.camposborges.rs.gov.br



04/09/2025 14:56:26

SDR/DPG/4881842

CP 25 - CAMPOS BORGES - SOL DOC ...

119

31/10/2025 09:40:34

SDR/GAB/5119979

CP 25 - CAMPOS BORGES - PARA ASS...

210